

O governo ^{Educação.} Moreira Franco e a escola pública

Raphael de Almeida Magalhães

E preciso compreensão pública a respeito das circunstâncias que limitam a ação do governo estadual. Esta compreensão deve começar pelos seus servidores, vítimas e testemunhas, ao mesmo tempo, destas limitações.

O Estado, no Brasil, está encilhado financeiramente. Tem recursos escassos para oferecer, na quantidade e qualidade adequadas, os serviços públicos sob sua responsabilidade. Está quase impossibilitado de investir na construção de escolas, de hospitais e no reaparelhamento da Justiça ou da polícia. Tem poucos meios de custear, no volume adequado, a operação de rotina dos mesmos serviços. Por isso, quase sempre faltam remédios nos hospitais, carteira na sala de aula, munição para os revólveres dos policiais e espaço para o funcionamento correto dos serviços auxiliares da Justiça. Por isto, os professores da rede pública de ensino, os médicos dos serviços públicos de saúde não obtêm remuneração correlacionada com as fundamentais funções sociais que exercem.

Se investir é importante e se conservar e manter os serviços é igualmente indispensável, a questão salarial é, entre todas, a mais essencial. Salário de professor, salário de médico, salário de policial, é investimento. Nos serviços sociais básicos a remuneração do trabalho é a chave do sucesso. Uma das razões da queda da qualidade dos serviços é a constante redução da remuneração real dos profissionais de saúde, de educação e de polícia, determinado, nesta década, pela redução da capacidade do Estado de sustentar uma política remuneratória estimuladora. Na medida em que a remuneração relativa se encolhia, os profissionais do setor público se defendiam pela via da acumulação do seu emprego público com outro no próprio setor público ou mesmo no setor privado, num movimento, já muito generalizado, neste último caso, de transformação do emprego público

num "bico" com efeitos perversos sobre a qualidade da escola e do hospital públicos.

Os serviços de educação, como os de saúde, exigem um grande contingente de mão-de-obra. No Estado, são mais de 100 mil na educação e mais de 20 mil na saúde, para um total geral de cerca de 290 mil servidores. Representando mais de 50% do contingente de servidores, a fixação de uma justa remuneração para o médico e para o professor provoca grande impacto financeiro sobre a despesa de pessoal. Por isso, ainda que, reiterativamente, a educação e a saúde seguem sendo programas prioritários, e ainda que se reconheça que sem professores e médicos bem remunerados não haverá nem saúde nem educação, a política salarial pública descola do discurso. A consequência é que o salário médio na Secretaria de Educação era quase 3 vezes inferior ao do restante do Estado, numa demonstração evidente de que a política salarial se inspira no caixa e não na prioridade do governo e pouco tem a ver com o discurso.

Pela primeira vez, nesta década, no Estado do Rio de Janeiro, esta lógica do absurdo começa a ser revertida. Apesar das gravíssimas limitações financeiras impostas ao governo estadual, a nova política salarial do governo Moreira Franco começou por elevar, acima da média das demais categorias, a remuneração dos profissionais da educação; 92% dos seus servidores tiveram correção igual ou superior a 64,4% ao passo que a média, no Estado, foi de 56%.

Este reconhecimento concreto da situação salarial do servidor da educação fez dos professores do Estado do Rio de Janeiro o mais bem pago de todo o Brasil. É o primeiro passo para a fixação de uma política salarial que considere o salário do professor como investimento e não como despesa corrente, como gasto prioritário para reabilitar a escola pública, reprofissionalizar a função pública e restabelecer sua credibilidade perante a população.

Raphael de Almeida Magalhães é secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro